



## PARECER TÉCNICO FINAL – Avaliação de Incidências Ambientais

### PARQUE EÓLICO ENERFER I

Local: serra da Oleosa (v.g. Olelas)

Concelho / Freguesia: Castelo Branco / Retaxo

Requerente: ENERFER – Produção de Energia Solar e Eólica, Lda.

### 1. ENQUADRAMENTO DO PROJECTO

Regionalmente, o projecto insere-se na NUTII – Região Centro e na NUTIII – Sub-região da Beira Interior Sul. A área de estudo deste projecto insere-se no concelho de Castelo Branco, na freguesia de Retaxo (Planta de localização, em anexo. Fonte: EInCA).

Este projecto, em fase de Estudo Prévio, prevê a implantação de 4 aerogeradores de 2 MW, totalizando uma potência instalada de 8 MW.

A ligação ao Sistema Eléctrico de Serviço Público será estabelecida através de um Posto de Seccionamento, a 30 kV, cuja configuração e caracterização será determinada de acordo com as indicações da EDP – Distribuição Energia, S.A. Esta ligação será executada através de um ramal misto subterrâneo/aéreo, executado para saída do Posto de Seccionamento, com um cabo enterrado no solo, até ao apoio de fim de linha aérea a instalar pela EDP. Este ponto de ligação ainda não se encontra definido pela EDP, devendo a solução definitiva ser incluída no projecto de execução.

O Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor para esta zona é o PDM de Castelo Branco, ratificado pela RCM n.º 66/94 (DR 185, de 11/08/1994), com a alteração publicada (DR 35, I-B de 11/02/2002) e a alteração introduzida pelo Regime Simplificado (DR 100, II-S de 30/04/2003). A carta da REN concelhia foi aprovada pela RCM n.º 105 (DR 150, I-B de 02/07/1997).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, a afectação das áreas de REN referidas para fins de produção e distribuição de electricidade a partir de fontes de energia renováveis está sujeita a autorização da CCDR. No presente caso, segundo o n.º 7 do Artigo 24º do referido diploma, a pronúncia favorável da CCDR, no âmbito do procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais, compreende a emissão de autorização.

Este projecto abrange parcialmente (AG1) áreas de REN, na unidade biofísica de "Cabecelas de linhas de água", que corresponde, no actual RJREN, a "Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos", totalizando 198 m².

A área de estudo não se integra em Sítios da Rede Natura 2000 ou em áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas; salienta-se, porém, a relativa proximidade ao Parque Natural do Tejo Internacional e à Zona de Protecção Especial (ZPE) "Tejo Internacional, Erges e Pãosul", a cerca de 6/7 km.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

O proponente incluiu no ElnCA o Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra, o Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes e o Plano de Recuperação Paisagística (objectivos e medidas de minimização/recuperação).

Para a elaboração do presente parecer, foi adoptado o procedimento regulamentado pelo Decreto-lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, considerando os elementos escritos apresentados pelo promotor, a solicitação de pareceres externos à Autoridade Florestal Nacional (AFN), à Autoridade Nacional de Comunicações (ICP/ANACOM), à Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), ao Instituto Geográfico Português (IGP), ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), à Câmara Municipal de Castelo Branco, à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e o parecer interno da Divisão Sub-Regional de Castelo Branco, relativo ao ordenamento do território e condicionantes em vigor, para a área de implantação do projecto.

A DGEG, o ICNB e a Câmara Municipal de Castelo Branco, apesar de solicitados para tal, não emitiram parecer ao presente ElnCA e projecto, em tempo útil, o que, à luz do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, equivale à emissão de parecer favorável, por aquelas entidades.

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O projecto em fase de licenciamento (estudo prévio) consiste na instalação de um Parque Eólico (PE), na serra da Oleosa, próximo da povoação de Retaxo (lugar de Olelas), no concelho de Castelo Branco, composto por quatro aerogeradores (AG) com uma potência total de 8 MW.

As características técnicas, de construção, exploração e duração deste projecto resumem-se na Tabela I.

Componentes	Especificações	Dimensões
<u>Aerogeradores</u>	N.º	4
	Potência Nominal	2,0 MW
	Diâmetro do rotor	90 m
	Espectro de velocidade	2,5 a 11,5 m/s
	Velocidade de rotação	6-19,5 rpm
	Pás / comprimento	3 / 45 m
	Altura da Torre	80 m
	Composição Pás / Torre	Fibra de vidro-políéster/Betão armado-aço
	Posto de Transformação	Interno
<u>Plataformas</u>	Diâmetro / Área	15 m / 180 m²
	Montagem	875 m²





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

<u>Posto de Seccionamento</u>	Dimensão	18 m²
<u>Valas de Cabos</u>	Largura x Profundidade	0,6m x 1,0 m
	Extensão	1.700 m
<u>Acessos internos</u>	A beneficiar	0 m
	A construir	0 m
<u>Interligação eléctrica</u>	Tensão	30 kV
	Extensão da linha	360 m (em princípio)
	Ponto de interligação	linha aérea de Média Tensão (EDP)
<u>Estaleiro</u>	Dimensão	1.225 – 1.350 m²
<u>Fase de obra</u>	Duração	6 meses
<u>Fase de exploração</u>	Duração mínima	25 anos

TABELA I – Resumo das características do Parque Eólico ENERFER I

A rede viária de acesso à área do Parque Eólico é constituída pela A 23, pela EN 3 e pela EM 653-1. Segue-se um percurso, maioritariamente em terra batida, que liga a EM 653-1 ao Campo de Tiro e aos locais de implantação dos AG.

De acordo com o ElncA não será necessário construir nem corrigir nenhuma das vias já existentes.

Apesar de se encontrar associada ao projecto de um Parque Eólico, a construção da respectiva linha de ligação à rede eléctrica pública constitui, neste caso, um projecto diferenciado. O presente ElncA apresentou um corredor de princípio, com cerca de 400 m de largura, para implantação da linha eléctrica de 30 kV, que liga o PE à rede pública.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA DA ÁREA

#### 3.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

De acordo com o parecer emitido pela actual Divisão Sub-Regional de Castelo Branco (cópia em anexo), através da informação n.º 312/09, de 18/11/2009, e tendo em conta o disposto no PDM de Castelo Branco, o projecto em causa não apresenta inconvenientes que inviabilizem a implantação do PE ENERFER I.

### 4. ANÁLISE DE IMPACTES DO PROJECTO

Este projecto enquadra-se nas Fontes de Energia Renováveis (FER), cujo desenvolvimento constitui uma orientação estratégica nacional, visando o aproveitamento sustentado dos recursos endógenos e renováveis e a diminuição da dependência energética nacional, contribuindo para a segurança no abastecimento e para a redução das emissões de GEE's com vista ao cumprimento do Protocolo de Quioto, no quadro do PNAC e da Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro), que estabelece o objectivo nacional, até 2012, de ter instalados 5.700 MW de origem eólica.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Segundo o EIncA, este parque permitirá evitar a emissão de cerca de 28.800 t/ano de CO<sub>2</sub> equivalente.

Representa ainda um contributo para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal junto da União Europeia, que obrigam a que o nosso país tenha de garantir 45% da produção de energia eléctrica (meta nacional estabelecida pela Directiva FRE), com recurso a fontes de energia renováveis até ao ano de 2012.

Para além dos factores acima identificados, ainda é possível identificar:

i. A nível global:

- Contribuição para o desenvolvimento de fontes de energia promotoras de um desenvolvimento sustentado;
- Diminuição da pressão imposta sobre a produção de energia a partir de combustíveis fósseis;
- Diminuição das emissões de poluentes atmosféricos resultantes da queima de combustíveis fósseis, em particular dos gases com efeito de estufa.

ii. A nível nacional:

- Melhoria da gestão da energia no quadro da política energética nacional;
- Contribuição para o crescimento, de forma sustentada, das capacidades permanentes de produção energética;
- Diminuição da dependência nacional de combustíveis fósseis e de energia eléctrica importada;
- Restrição à saída de divisas, já que, em termos energéticos, Portugal apresenta uma balança comercial largamente deficitária;
- Fomento da utilização de tecnologias energéticas avançadas e desenvolvimento do conhecimento nesta área tecnológica.

iii. A nível regional e local:

- Valorização e utilização de recursos naturais endógenos e renováveis;
- Dinamização de actividades económicas e criação de emprego a nível local e regional;
- Diversificação e melhoria da qualidade do fornecimento de energia eléctrica à população;
- Aumento das fontes municipais de rendimento, com os consequentes benefícios para a população, já que a exploração do Projecto gera um rendimento fixo em benefício dos municípios e dos proprietários dos terrenos envolvidos.

Os impactos negativos normalmente associados a este tipo de projectos resultam, essencialmente, da fase de construção. No entanto, a magnitude e significância destes depende muito das características naturais da área e dos cuidados a ter na fase de obra e da recuperação das áreas intervencionadas.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

FASE DE CONSTRUÇÃO

As obras de construção civil a realizar no âmbito da construção consistem em:

- Aluguer dos terrenos das zonas destinadas ao Parque Eólico;
- Abertura, execução das fundações e construção das sapatas dos aerogeradores;
- Construção das plataformas de apoio à montagem dos aerogeradores;
- Instalação do posto de seccionamento;
- Montagem dos aerogeradores;
- Abertura/fecho das valas para instalação da rede de cabos;
- Instalação e uso do estaleiro;
- Movimentação de pessoas, máquinas e veículos afectos às obras;
- Depósito temporário de terras e materiais;
- Recuperação paisagística das zonas intervencionadas.

O EIncA prevê um estaleiro, com cerca de 1.225 – 1.350 m<sup>2</sup>, sendo previsível a existência de elementos amovíveis para armazenamento de equipamentos, ferramentas e área social e, ainda, locais para estacionamento de veículos e áreas específicas para depósito temporário de resíduos, produzidos no decorrer da empreitada. A localização do estaleiro ainda não foi definida, devendo esta informação ser fornecida aquando da apresentação do projecto final.

Em relação aos movimentos de terras, prevê-se um volume de escavação de cerca de 1.260 m<sup>3</sup> por cada AG, 6,2 m<sup>3</sup> para o posto de seccionamento e 1.428 m<sup>3</sup> para a vala de cabos, totalizando 6.474,2 m<sup>3</sup>.

É referido no estudo que não haverá necessidade de materiais de empréstimo, e que o volume escavado sobranter não excederá os 10%, sendo este reutilizado no enchimento, compactação e acabamento do solo. Refere ainda que poderá, eventualmente, sobrar um máximo de 647 m<sup>3</sup> de produtos de escavação, que serão transportados para vazadouro devidamente licenciado.

FASE DE EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO

- Aluguer dos terrenos das zonas destinadas ao PE;
- Presença dos aerogeradores e do posto de seccionamento;
- Funcionamento dos aerogeradores;
- Manutenção e reparação de equipamentos e caminhos;
- Produção de energia eléctrica;
- Utilização dos caminhos pela população.





#### FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Desmontagem dos aerogeradores e equipamentos;
- Remoção do posto de seccionamento;
- Transporte de equipamentos e materiais;
- Recuperação paisagística.

O período de vida útil do PE estima-se em 25 anos apesar de, findo este período, poder ser renovado e/ou reabilitado com vista à continuidade do empreendimento, ou ser desactivado e desmontado se as condições económicas de exploração assim o determinarem.

Os materiais resultantes desta fase são passíveis de ser reciclados. Toda a área intervencionada deverá ser alvo de recuperação paisagística, de forma a adquirir as condições iniciais.

#### **4.1. INCIDÊNCIAS**

As principais incidências decorrentes do projecto são, de um modo geral, consequência da fase de construção e discriminam-se a seguir:

#### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

O projecto do Parque Eólico ENERFER I é compatível com os instrumentos de gestão territorial em vigor, na área de estudo, nomeadamente, o Plano Director Municipal (PDM) de Castelo Branco.

Segundo o PDM de Castelo Branco, a área em estudo do Parque Eólico abrange "Espaços florestais ou silvo-pastoris". De acordo com a nova redacção do Art.º 52.º do respectivo Regulamento, aprovada pela RCM n.º 30-A/2002, de 11 de Fevereiro de 2002, que define os usos permitidos para o Espaço Rural, verifica-se que são admitidas edificações de reconhecido interesse público. Assim sendo, a pretensão mostra-se conforme com as disposições constantes do PDM, devendo, contudo, a instalação ser objecto de reconhecimento de interesse público, por deliberação da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Conforme o Anexo II, a que se refere o Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto (RJREN), a produção de electricidade, a partir de fontes de energia renováveis, está sujeita a autorização da CCDR competente.

Segundo o Artigo 20º do mesmo diploma, nos termos previstos no seu Anexo II, a construção e exploração do PE é compatível com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

Assim, a afectação de áreas de REN, para fins de produção e distribuição de electricidade a partir de fontes de energia renováveis está sujeita a autorização da CCDR. No presente caso, segundo o n.º 7 do Artigo 24º do



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

referido diploma, a pronúncia favorável da CCDR, no âmbito do procedimento de avaliação de incidências ambientais, compreende a emissão de autorização.

Em relação à REN, na zona Nordeste da área em estudo existem cerca de 17,1 ha (Cabeceiras de linhas de água - Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos). Desta área de REN, serão ocupados permanentemente cerca de 198 m<sup>2</sup> (AG1 e posto de seccionamento previsto). Dos 1.700 m da vala de cabos, apesar de no final esta voltar ser recoberta com o solo retirado, cerca de 235 m ocuparão áreas de REN, representando uma área de aproximadamente 141 m<sup>2</sup>. Serão ocupados, temporariamente, cerca de 875 m<sup>2</sup> relativos à plataforma de montagem do AG1.

Quanto à RAN, apesar de existir uma pequena mancha na zona Sul da área de estudo, com cerca de 0,8 ha, não está prevista a implantação de qualquer estrutura nesta área.

Na área de estudo, a cerca de 150 m do AG1, existe um complexo desportivo e de lazer, que inclui campo de tiro, restaurante, bar e piscina, o qual, segundo o Estudo, se encontra, actualmente, desactivado. Na eventualidade da sua reactivação, o local foi considerado como um receptor sensível, não inviabilizando a sua utilização, enquanto espaço de lazer com ocupação humana.

Ocorre, ainda, na área de estudo, um pequeno conjunto de edificações que, a nível da planta de ordenamento do PDM, está cartografado com a trama de "Espaço urbano – área urbana" e que é abrangido, parcialmente, a Sudeste da área de intervenção. O Aditamento ao ElnCA refere que se trata, apenas, de apoios agrícolas, não habitados. Tendo em conta a distância dessas edificações aos aerogeradores, cerca de 300 m, o Estudo considera não haver qualquer incompatibilidade com um eventual e/ou possível futuro habitacional.

Relativamente às restantes condicionantes, não foi identificado qualquer impacto negativo, nomeadamente, ao nível do Domínio Hídrico, Servidões Rodoviárias e Servidões Aeronáuticas/Radioeléctricas, sendo respeitadas as respectivas servidões, pelo que nada obstará à localização em causa desde que salvaguardados os pareceres favoráveis do Instituto Geográfico Português (IGP), por motivo da existência do marco geodésico de Olelas, nas proximidades do AG 1; da Autoridade Florestal Nacional (AFN), pela presença de vestígios de áreas ardidas; e da Autoridade Nacional de Comunicações (ICP/ANACOM), por força da travessia da área de estudo por um feixe hertziano (servidão radioeléctrica). Esse pareceres foram solicitados pela Comissão de Coordenação da Região Centro, no âmbito deste procedimento.

## GEOLOGIA

### FASE DE CONSTRUÇÃO

As incidências prendem-se sobretudo com:

- Construção das fundações e das plataformas de montagem dos aerogeradores, instalação do posto de seccionamento e do estaleiro e abertura das valas de cabos.





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Consideram-se as incidências na geologia, na fase de construção, como negativas, de reduzida magnitude, temporárias/permanentes, reversíveis em parte, pouco significativas, locais.

FASE DE EXPLORAÇÃO

As incidências prendem-se sobretudo com:

- A presença dos aerogeradores e posto de seccionamento.

Consideram-se as incidências na geologia, na fase de exploração, como negativas, de reduzida magnitude, permanentes, irreversíveis, locais.

FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Reposição das condições naturais do terreno.

Consideram-se as incidências neste factor ambiental, nesta fase, como positivas e significativas.

**SOLOS**

FASE DE CONSTRUÇÃO

Durante a fase de construção do PE, as principais incidências nos solos devem-se às alterações na ocupação do solo, com destruição do coberto vegetal e decapagem de terras, pelas seguintes acções:

- Implantação e funcionamento do estaleiro, que potenciarão fenómenos de compactação do solo e possível contaminação com substâncias poluentes (derrames acidentais de óleos ou combustíveis);
- Modelação do terreno, com movimentação do solo e compactação;
- Implantação dos AG e restantes infra-estruturas e equipamentos (compactação e impermeabilização);
- Abertura/fecho de valas para a instalação de cabos eléctricos.

Assim, prevê-se que as incidências ambientais da instalação do PE sobre os solos sejam negativas, de magnitude reduzida a moderada, reversíveis/irreversíveis, significativas/pouco significativas, temporárias/permanentes, locais.

FASE DE EXPLORAÇÃO

- As incidências negativas e consideradas permanentes, da fase de construção, ir-se-ão manter nesta fase.

FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Remoção integral dos equipamentos e infra-estruturas, com as correspondentes acções de recuperação dos solos.

O que se traduz em incidências ambientais sobre os solos positivas.





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

## MORFOLOGIA E PAISAGEM

A implantação do Parque Eólico significa uma intrusão visual significativa e que é função de várias condições:

Elementos definitivos do parque:

- A altura das torres é de 80 m, sendo o diâmetro do rotor de 90 m, o que determina a grande visibilidade dos aerogeradores, mesmo a grandes distâncias;
- Este parque será composto por 4 aerogeradores, instalados em cumeada;
- O posto de seccionamento não tem uma dimensão e volumetria exageradas, sendo possível uma boa integração paisagística;
- Abertura de valas de cabos;
- Criação de uma linha eléctrica aérea de ligação à rede pública.

Localização dos receptores visuais:

- A área do PE terá um maior acesso visual a partir da cidade de Castelo Branco, que manterá um contacto visual permanente com as estruturas do PE. A visibilidade para a área em estudo é mantida também ao longo das estradas e da linha-férrea, nos troços que cruzam a envolvente do PE.

Situação actual:

- Actualmente já existem outros empreendimentos semelhantes na região, pelo que a sua concretização não constituirá a primeira grande intrusão visual na paisagem local.

Esta intrusão visual tem, ainda assim, um carácter altamente subjectivo, em função dos utentes visuais da paisagem e da sua sensibilidade. De forma global, pode-se considerar a amplitude cénica da paisagem, qualidade visual dos vários elementos e a capacidade de absorção dos novos elementos pela envolvente, como factores determinantes para a qualidade visual de uma paisagem, sujeita, também, a uma grande carga subjectiva.

Localmente, há incidências decorrentes, essencialmente, da fase de obra e que se prendem com as movimentações de terras, destruição do coberto vegetal, implantação de estaleiro, depósitos e obras de construção civil no geral.

## FASE DE CONSTRUÇÃO

- Efeito de intrusão visual, por motivo da introdução de elementos estranhos à paisagem;
- Desorganização da funcionalidade da paisagem, com perturbação na manifestação visual do território, derivadas das acções de desmatagem, decapagem dos solos e movimentação de terras;
- Introdução de elementos de grandes dimensões e de difícil integração visual na paisagem (montagem dos aerogeradores).



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Uma vez que se está perante um projecto que pouco alterará as variáveis estruturantes do território (físicas e ecológicas) devido, fundamentalmente, às reduzidas áreas a afectar e à presença de outros parques eólicos em exploração na região, as incidências previsíveis nesta fase serão **negativas, temporárias, locais, significativas/pouco significativas** e de reduzida a média magnitude.

FASE DE EXPLORAÇÃO

Nesta fase, as principais incidências prendem-se com a presença dos aerogeradores, normalmente, visíveis a partir de algumas povoações assim como de algumas vias de acesso próximas.

Face à dimensão do projecto e à extensão reduzida do PE, as incidências esperadas serão, em termos gerais, **negativas, de reduzida magnitude, pouco significativas e reversíveis**.

FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Restabelecimento da paisagem actual, como consequência do desmantelamento do PE. Os componentes dos aerogeradores são desmontáveis e recicláveis, com excepção das sapatas em betão, que ficarão soterradas.

Sendo assim, as incidências esperadas serão **positivas**, embora **pouco significativas**, tendo em atenção que as incidências negativas da fase de exploração foram classificadas como pouco significativas.

**RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS**

FASE DE CONSTRUÇÃO

As incidências prendem-se sobretudo com:

- Derrames acidentais de óleos ou combustíveis, que poderão determinar a deterioração da qualidade das águas subterrâneas;
- Movimentação de veículos e maquinaria, que poderá provocar a compactação dos solos, com a consequente modificação das condições naturais de infiltração;
- Presença das plataformas, do estaleiro e dos aerogeradores, que diminui a área de infiltração.

Consideram-se as incidências nos Recursos Hídricos Subterrâneos, na fase de construção, como **negativas, pouco significativas** e de **magnitude reduzida**.

FASE DE EXPLORAÇÃO

As incidências prendem-se sobretudo com:

- Redução da área de infiltração motivada pela impermeabilização do solo, nas áreas das fundações dos aerogeradores e do posto de seccionamento;
- Derrames acidentais de óleos ou combustíveis, que poderão determinar a deterioração da qualidade das águas subterrâneas.





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

Consideram-se as incidências nos Recursos Hídricos Subterrâneos, na fase de exploração, como **negativas, pouco significativas**.

FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Eliminação das áreas impermeabilizadas;
- Eliminação das possibilidades de contaminação das águas subterrâneas, devido a derrames acidentais.

Que induzem incidências consideradas **positivas**, nesta fase.

**VALORES NATURAIS**

A área de implantação do Parque Eólico não se insere em nenhuma área classificada. Referem-se, no entanto, a proximidade à ZPE "Tejo Internacional, Erges e Pônsu" – PTZPE0042, 6,3 km, ao "Parque Natural do Tejo Internacional", 7 km e ao SIC "São Mamede" – PTCON0007, 11 km.

FASE DE CONSTRUÇÃO

Segundo o ElncA, as acções potenciadoras de causar incidências são:

- Desmatção, escavação e terraplenagem para a instalação das infra-estruturas, estaleiro e acessos;
- Pisoteio, cortes e deposição de poeiras, devido ao transporte de materiais e movimentação de máquinas e pessoas.

As incidências a verificar possuirão maior ou menor significância, de acordo com o grau de afectação da flora, dos habitats mais sensíveis e das comunidades com maior biodiversidade, sendo os principais efeitos expectáveis a destruição e fragmentação de habitats e a destruição localizada da flora e da vegetação.

As incidências ambientais sobre a flora e vegetação, inerentes à construção do Parque Eólico são **negativas, de reduzida magnitude, pouco significativas**, uma vez que não são afectados habitats com interesse conservacionista e numa área total pouco significativa.

A significância das incidências está directamente correlacionada com os valores ecológicos presentes e com o grau de degradação que as comunidades vegetais apresentam.

A magnitude das incidências ambientais ao nível dos habitats é considerada reduzida, uma vez que todos os habitats a afectar são comuns na região e estão amplamente representados na área de estudo, além de que as áreas, efectivamente, a intervernicionar não são muito elevadas. O efeito de fragmentação de habitats, apesar de negativo, não é, neste caso, significativo.

Relativamente à fauna, estudos existentes para este tipo de projectos, regra geral, revelam resultados pouco significativos sobre o impacte nas aves, referindo, normalmente, apenas a existência de choques ocasionais e



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

morte dos indivíduos. Eventuais excepções, ocorrem em áreas de reconhecido valor, quer pela diversidade de espécies quer pela densidade populacional, o que não acontece, no caso presente.

As previsões do Estudo apontam para:

- Perda directa de habitat, risco de esmagamento de ninhos e de espécies mais associadas ao solo e alteração do comportamento das espécies, pelas acções de desmatação e decapagem do solo;
- Alteração do comportamento das espécies e aumento do risco de incêndio devido ao aumento da presença humana, nas áreas afectas à obra, e ao ruído associado às acções a efectuar;
- Aumento do risco de atropelamento de espécies de menor mobilidade, como os anfíbios, os répteis e pequenos mamíferos, causado pela movimentação de máquinas e veículos afectos à obra.

Prevê-se que as incidências ambientais sobre a Fauna sejam **negativas, directas, temporárias, reversíveis/irreversíveis, de magnitude reduzida/moderada, certas/prováveis e significativas/pouco significativas.**

#### FASE DE EXPLORAÇÃO

Em resultado das operações relacionadas com a exploração do parque é previsível:

- Aumento do risco de atropelamento de espécies de menor mobilidade (anfíbios, alguns répteis e pequenos mamíferos) e perturbação de espécies, por acção da movimentação de veículos afectos à manutenção do PE e de particulares;
- Perturbação de espécies e aumento do risco de incêndio, pela intensificação da presença humana na área;
- Mortalidade de aves e de quirópteros, por colisão com as estruturas do aerogerador, e perturbação de espécies, sobretudo de aves e de quirópteros, como resultado da presença e funcionamento dos aerogeradores.

Estas incidências são consideradas como **negativas, directas/indirectas, temporárias/permanentes, irreversíveis, de reduzida magnitude, certas/prováveis, e de significância reduzida a elevada.**

#### FASE DE DESACTIVAÇÃO

Incidências **positivas**, em consequência de:

- Retirada das estruturas à superfície do solo (só permanecerão as enterradas) e recuperação da área afectada.

Incidências classificadas como **negativas, directas, temporárias, reversíveis/irreversíveis, de magnitude reduzida, pouco significativas:**

- Perturbação provocada pelo aumento da presença humana e de maquinaria na área;





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

- Mortalidade causada pelo aumento da circulação de veículos e máquinas associados às operações de desmantelamento.

## Ruído

Prevê-se que as exigências regulamentares aplicáveis em matéria de ruído sejam respeitadas, designadamente, o cumprimento dos valores máximos impostos para os indicadores de ruído  $L_{den}$  e  $L_n$  de ruído ambiente exterior (Art.º 11º do Decreto-Lei n.º 9/2007 – Regulamento Geral do Ruído) e a verificação do diferencial máximo admissível entre os parâmetros  $L_{Ar}$  e  $L_{Aeq}$  (Ruído residual) (Critério de incomodidade), sempre que se verificam valores de  $L_{Ar}$  superiores a 45 dB (A).

A avaliação efectuada no EIncA permite, ainda, prever que, nas fases de construção e desactivação do PE, ocorram incidências acústicas, geradas pelas seguintes acções:

- Instalação e utilização do estaleiro;
- Abertura e fecho de valas;
- Execução das fundações das torres dos aerogeradores e sua montagem;
- Movimentação de terras e máquinas, transporte de materiais e circulação de pesados;
- Instalação do posto de seccionamento.

Nas vias de comunicação, nas imediações do projecto, poderão ocorrer incidências relacionadas com o aumento do tráfego de veículos pesados afectos à obra, e que são classificadas de **negativas, pouco significativas, incertas e temporárias**.

Na fase de exploração, com base na presente avaliação acústica, embora se registre um incremento significativo no quadro acústico de referência, traduzindo-se numa incidência **negativa**, a mesma não poderá ser considerada muito significativa, visto o projecto conseguir assegurar um ruído ambiente, na presença do ruído particular, em certa medida, reduzido e em consonância com as directrizes estabelecidas no Regulamento Geral do Ruído.

Foram efectuados os estudos previsionais do impacte sonoro nos edifícios que fazem parte do complexo do campo de tiro. Apesar do incumprimento verificado, especialmente no que diz respeito ao nível de incomodidade, o sistema de funcionamento dos aerogeradores permite minimizar e/ou anular esses efeitos.

Não foram apresentados os boletins de verificação dos equipamentos de medição utilizados, pelo que deve ser solicitada a apresentação dos boletins de verificação do equipamento utilizado e a identificação da entidade que procedeu ao estudo do ruído ambiental apresentado.

Concorda-se com o plano de monitorização proposto, nomeadamente em relação aos locais e frequência das amostras bem como aos parâmetros a monitorizar.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

A entrada em funcionamento das instalações que fazem parte do actual campo de tiro obrigará à monitorização imediata, para determinação de eventuais incumprimentos do RGR, e à verificação através de novas campanhas de medição, se for o caso, dos resultados da implementação das medidas propostas.

## **PATRIMÓNIO**

### FASE DE CONSTRUÇÃO

- Modelação do terreno, implantação das infra-estruturas, abertura das valas e plataformas de apoio à construção dos AG e estaleiro.

Uma vez que, de acordo com o EIncA, não resultou qualquer registo patrimonial inserido na área do projecto, consideram-se inexistentes as incidências ambientais sobre o Património.

## **EMISSIONES ATMOSFÉRICAS**

As incidências restringem-se à fase de construção, consubstanciadas num aumento de emissões de partículas de solo (poeiras), como resultado quer da movimentação de terras quer da circulação de máquinas e veículos pesados. Associadas à circulação de viaturas, ocorrerão, ainda, emissões gasosas diversas e partículas.

As incidências, na fase de construção, são consideradas **negativas, pouco significativas e localizadas**.

Relativamente à fase de exploração, importa evidenciar as incidências **directas e positivas** que o projecto induzirá na qualidade do ar, permitindo evitar uma emissão anual de cerca de 28.800 t de Dióxido de Carbono, de 1,5 t de Hidrocarbonetos, 0,9 t de Monóxido de Carbono, 85 t de Óxido de Azoto, 555 t de Óxido de Enxofre e 18,5 t de partículas.

## **POPULAÇÃO E ASPECTOS ECONÓMICOS**

### FASE DE CONSTRUÇÃO

- Contratação de mão-de-obra local;
- Aumento do comércio local de materiais de construção e da restauração.

Que se traduzem em incidências **positivas, de reduzida/média magnitude, temporárias, reversíveis, significativas/pouco significativas, locais**.

- Perturbações provocadas pelas obras: emissão de poeiras, aumento dos níveis de ruído, aumento da circulação rodoviária.

São incidências **negativas, temporárias, de reduzida magnitude, pouco significativas, locais**.

### FASE DE EXPLORAÇÃO

- Reforço do aproveitamento de energia eólica da região; o reforço da potência instalada, pelo fornecimento à Rede Eléctrica Nacional de energia produzida no PE; o pagamento à Câmara Municipal





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

de uma % da facturação anual de energia eléctrica resultante da exploração do PE; o arrendamento dos terrenos; a aquisição de material diverso e de serviços relacionados com a manutenção do PE.

No seu conjunto, implicam incidências, no geral, **positivas**, de **magnitude reduzida a elevada**, **temporárias/permanentes**, **reversíveis/irreversíveis**, **significativas/muito significativas**, de âmbito **local/regional/nacional**.

FASE DE DESACTIVAÇÃO

- Restituição de grande parte das características naturais da área do PE, pela remoção de materiais e equipamentos e pela renaturalização dos locais;
- Redução da produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis.

O que constitui, no primeiro caso, uma incidência ambiental de características **positivas** e, no segundo, **negativa**, **pouco significativa**, **permanente** e de âmbito **nacional**.

**5. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

A Consulta Pública foi despoletada (anúncio em anexo) entre os dias 08 de Fevereiro e 05 de Março de 2010, com publicitação num jornal de âmbito nacional e num jornal local. Durante aquele período, não foram recebidas quaisquer exposições escritas relacionadas com o projecto em avaliação.

**6. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO**

Deverão ser implementadas as seguintes medidas de minimização gerais da fase de construção, do documento da APA: 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 28, 29, 30, 33, 40, 42, 49.

De carácter geral:

- A localização do estaleiro deverá ser escolhida de modo a respeitar as várias condicionantes ambientais, garantindo a salvaguarda do maior número de sensibilidades ambientais. Assim, a selecção do local do estaleiro deverá ter em conta as seguintes orientações:
  - Sempre que possível deverá ser equacionada a localização do estaleiro geral da obra fora da área afectada à REN;
  - Reduzir as áreas afectadas pelas deslocações entre o estaleiro e a frente de obra, com consequente minimização das deslocações de veículos e áreas de solos desagregados.
- Transportes, circulação e acessibilidades:
  - Limitar as movimentações de máquinas à zona de construção, devendo assinalar-se e restringir-se os locais de circulação de engenhos e veículos afectos à obra através de



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

sinalização adequada, cumprindo o Regulamento de Sinalização Temporária de Obras e Obstáculos na Via Pública;

- Recuperar as vias utilizadas para acesso à obra que forem danificadas (após a finalização da construção, ou mesmo durante, nos casos em tal se justifique);
  - Não utilizar materiais impermeabilizantes nos acessos a beneficiar;
  - Suspende de imediato a circulação no caso de derrame accidental de óleos ou outras substâncias passíveis de degradar as condições de segurança rodoviária, isolando a área afectada e removendo o contaminante com produto adequado (absorvente), de modo a evitar a sua dispersão pela via;
  - Planear os fluxos de tráfego pesado, antes do início das fases mais críticas da obra, de forma a garantir que a circulação ocorra em período diurno e fora das horas de ponta, dando preferência aos percursos que atravessem menor número de zonas residenciais ou outros usos sensíveis;
  - Optimizar as deslocações para os estaleiros, de modo a reduzir ao mínimo a circulação de veículos em áreas de solos desagregados;
- Controlo de poluição do ar:
    - Junto das habitações, deverão manter-se limpos os acessos através de lavagens regulares dos rodados e das máquinas e veículos afectos à obra;
    - Controlar a carga dos veículos de transporte de materiais, de forma a acondicionar adequadamente os materiais transportados e a assegurar que não circulem excessivamente carregados;
  - Numa fase posterior à execução das obras deverá ser reposta a situação original (ou outra que se mostre mais favorável) da área afectada ou das vias de acesso danificadas em consequência da obra e das áreas dos estaleiros;
  - Cumprimento do Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.

De carácter específico:

**Gestão de resíduos e efluentes**

- Na fase de construção do empreendimento deverá ser implementado um adequado Sistema de Gestão de Resíduos e Efluentes gerados pela obra, de modo a permitir o armazenamento temporário seguro (sem drenagem para as linhas de água ou zonas de escorrência) e um destino final adequado. Este sistema deve assegurar, entre outros, os seguintes aspectos:





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

- Todos os resíduos recolhidos devem ser conduzidos até depósito/destino final apropriado, cumprindo a legislação aplicável;
  - A rejeição de resíduos e efluentes de qualquer natureza para os solos ou para os cursos de água ou zonas adjacentes não é permitida;
  - Os resíduos perigosos devem ser alvo de gestão individualizada, nos termos previstos na lei;
  - O sistema de gestão de efluentes e resíduos a implementar deverá definir: (i) o número e tipologia de contentores a instalar para a deposição selectiva e o adequado armazenamento dos resíduos gerados, (ii) o local previsto para o armazenamento temporário de resíduos e efluentes e as suas características, (iii) a forma de garantir a separação dos resíduos em classes diferenciadas, conforme a sua natureza e (iv) a forma de recolha e transporte dos resíduos e efluentes a destino final adequado e respectiva periodicidade;
  - Deverá existir o planeamento de um sistema de recolha e drenagem de águas residuais, em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente no que se refere à gestão de efluentes em obra.
- Deverá ainda prever-se a adopção de medidas preventivas de forma a salvaguardar eventuais situações acidentais de derrames de matérias poluentes ou perigosas (combustíveis e lubrificantes, por exemplo), nomeadamente:
    - O armazenamento de substâncias poluentes deverá ser feito no estaleiro e em local restrito, devidamente impermeabilizado e estanque, e manuseados de forma cuidadosa, de forma a minimizar eficazmente o derrame dos produtos tóxicos;
    - Em caso de derrame acidental de qualquer substância poluente o local deverá ser imediatamente limpo, com a remoção da camada de solo afectada, e os resíduos resultantes encaminhados para destino final adequado. Se necessário, deverão ser contactadas de imediato as entidades competentes e terceiros que possam estar directa ou indirectamente envolvidos na situação;
    - Não proceder à manutenção e abastecimento de viaturas e maquinaria nas frentes de obra. Em caso de impossibilidade técnica de deslocação a oficinas, prever uma área impermeabilizada no interior do estaleiro, utilizando uma bacia de retenção amovível para efectuar mudanças de óleos, devendo os mesmos ser recolhidos e armazenados temporariamente em local seguro, e ser expedidos para destino final adequado com a maior brevidade possível. O transporte deve ser efectuado por uma empresa licenciada para o efeito nos termos previsto na lei.

**Ordenamento do território**



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

- Durante a fase de construção:
  - As áreas afectas à REN não deverão ser expostas a situações de modelação de terreno, devendo ser evitada a alteração da sua morfologia;
  - Sempre que, devido às obras efectuadas, o coberto vegetal nas áreas de REN seja perturbado, este deverá ser reposto de modo a se obter uma situação idêntica à original.

### Geologia

- Durante a fase de construção:
  - Reduzir ao mínimo indispensável a alteração da morfologia original do local, nomeadamente no que se refere à instalação dos estaleiros de obra e de outras estruturas de apoio à execução dos trabalhos;
  - Deverá ser averiguada a existência de infra-estruturas, nomeadamente de electricidade, de saneamento básico ou de distribuição de água, enterradas no local de implantação dos AG, de modo a não serem afectadas pela abertura das escavações;
  - Sempre que possível, deverá ser evitada a destruição dos afloramentos rochosos que existem na área de influência dos AG, quer para a zona do estaleiro e das plataformas de montagem, quer no que se refere à eventual requalificação dos acessos existentes;
  - Após a fase de construção, deverá remover-se as estruturas temporárias e os materiais excedentários, devendo ainda ser consideradas medidas de reposição da situação inicial, em termos de modelação do relevo.

### Solos

- Para a fase de construção:
  - Nos locais a impermeabilizar e onde se execute a movimentação pontual de terras, o terreno deverá ser decapado, removendo a terra viva para que, sempre que considerado adequado, aquela possa ser reutilizada na obra e na recuperação de áreas afectadas;
  - Deve evitar-se o depósito, mesmo que temporário, de restos de materiais de construção e demolição, embalagens, entre outros desperdícios produzidos durante a fase de construção. Os materiais excedentes devem ser conduzidos a destino final licenciado;
- Para a fase de exploração:
  - Os solos degradados pela erosão por factores físicos, por produtos químicos ou pela intervenção humana devem ser tratados num curto espaço de tempo, no sentido de restabelecer as suas características e equilíbrio natural.





## Morfologia e Paisagem

- Durante a fase de construção:
  - Deverá existir a contenção visual das áreas de estaleiro e da obra, de forma a minimizar as incidências visuais previsíveis a partir da envolvente;
  - Sempre que possível, deverão ser colocadas estruturas de protecção nas espécies arbóreas que se encontrem no limite do caminho por onde os veículos pesados irão passar, de modo a investir na sua salvaguarda.
  - Para as espécies vegetais autóctones ou com interesse ecológico existentes no local, que sejam afectadas pela implantação do projecto e que apresentem boas condições fitossanitárias, deve ser equacionado, se viável, o seu transplante para local provisório para posterior utilização na execução da recuperação das áreas afectadas;
  - O projecto de integração paisagística deverá promover a utilização de espécies autóctones e características da região mediterrânica, e não deverão ser utilizadas espécies exóticas nem listadas como invasoras pelo Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro.
  - Realização de aspersões periódicas dos solos nas áreas sujeitas a movimentações de terra e nos respectivos caminhos de acesso evitando, deste modo, o levantamento de poeiras que reduzem significativamente a qualidade visual e cénica da paisagem;
  - Dever-se-á implementar o Plano de Recuperação Paisagística, ao nível do restabelecimento da cobertura vegetal das áreas afectadas na fase de construção, no cumprimento do disposto no PROF Beira Interior Sul (D.R. n.º 10/2006, de 24 de Julho).
  - Taludes
    - Para os taludes de escavação, tanto para os que possam vir a existir ao longo dos caminhos de acesso, como na envolvente das plataformas de apoio à construção dos AG, poderá ser aplicada um revestimento por sementeira de mistura herbácea e arbustiva em todos os taludes, bem como em toda a área envolvente a estes, que tenha sofrido desmatação ou compactação do solo.
    - No caso dos taludes de aterro poderá ser aplicada uma sementeira de mistura herbácea e arbóreo-arbustiva.
  - Base dos aerogeradores
    - As fundações dos AG deverão ser cobertas com terra vegetal e sobre elas deverá ser aplicada uma sementeira de mistura herbácea e arbóreo-arbustiva. A aplicação

1/1  
B

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

da sementeira deverá ser estendida a toda a área envolvente à base dos AG que tenha sofrido desmatção ou compactação do solo.

o Vala de cabos

- As valas que forem abertas para colocação dos cabos eléctricos deverão ser revestidas com terra vegetal e aplicada a sementeira arbóreo-arbustiva, após o seu recobrimento.

o Apoios dos postes da linha de ligação à rede pública

- Os apoios dos postes de média tensão deverão ser cobertos com terra vegetal e sobre eles deverá ser aplicada uma sementeira herbácea e arbustiva. A aplicação da sementeira deverá ser estendida a toda a área envolvente aos apoios dos postes de alta tensão que tenha sofrido desmatção ou compactação do solo.

**Recursos hídricos subterrâneos**

• Durante a fase de construção:

- o As acções relativas à instalação e funcionamento do estaleiro, as zonas de acesso e as estruturas associadas à obra deverão cingir-se espacialmente ao estritamente necessário, de forma a minimizar a impermeabilização de áreas de recarga dos aquíferos.
- o Apesar de não se preverem impactos significativos decorrentes da utilização de explosivos nas operações de escavação, caso venham a ser utilizados, a sua detonação deverá ser feita com recurso a técnicas de pré-corte e micro-retardadores, limitando assim a possibilidade de alteração do padrão de drenagem sub-superficial;
- o No caso de afectação de sistemas de abastecimento de água, identificados na área do Parque Eólico, devido à utilização de explosivos, deverá ser reposta a situação actual;
- o Deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável as áreas impermeabilizadas, promovendo-se a descompactação dos solos das zonas de trabalho após conclusão das obras.

**Valores naturais**

• Para a fase de construção:

- o Reduzir ao mínimo recomendado para segurança aeronáutica a iluminação do Parque Eólico, de modo a não constituir motivo de atracção para aves ou morcegos;
- o Evitar a afectação de afloramentos rochosos;
- o Preservar os exemplares de sobreiro existentes.





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

## Ruído

- Na fase de construção:
  - Obtenção de Licença Especial de Ruído, nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, caso as intervenções decorra em período condicionado, de acordo com as especificações do artigo 14º do diploma legal referido;
  - Utilizar veículos, máquinas e equipamentos que respeitem os níveis de potência sonora definidos no Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de Novembro, que estabelece as regras a aplicar em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior;
  - Isolar acusticamente os equipamentos fixos que se possam revelar fontes significativas de emissão, através da instalação de canópias ou encapsulamentos apropriados.
- Adoptar as medidas aplicáveis previstas no Regulamento Geral do Ruído e no Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril (sobre a protecção dos trabalhadores contra o ruído).
- Quando se revelar necessária a utilização de explosivos, deverá recorrer-se a técnicas de pré-corte e ao uso de micro-retardadores, atenuando desta forma a intensidade das vibrações produzidas.

## Património

- Em fase prévia à obra:
  - Deverão ser realizadas prospekções sistemáticas a toda a área abrangida pelo projecto, incluindo a zona dos estaleiros (plataformas de montagem dos AG) e respectivos acessos. Caso se identifiquem vestígios patrimoniais dever-se-á implementar um programa de salvaguarda, a elaborar em função das características específicas dos eventuais vestígios arqueológicos.
- Durante a fase de construção:
  - Implementar um Programa de Acompanhamento Arqueológico, que deverá assegurar o seguinte:
    - Todos os revolvimentos de terras directamente relacionados com o projecto, bem como todos os trabalhos de preparação do terreno deverão ser alvo de acompanhamento arqueológico, de acordo com os procedimentos considerados indispensáveis pelo IGESPAR;
    - O acompanhamento arqueológico deverá ser realizado por uma equipa técnica dimensionada às necessidades da empreitada, sendo a direcção da responsabilidade de um arqueólogo credenciado;



1/2

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

- As obras deverão ser suspensas e deverão ser realizados trabalhos arqueológicos de emergência, caso sejam localizados, na sequência da remoção ou movimentação de terras, elementos patrimoniais.
- Os trabalhos a realizar deverão estar devidamente autorizados pelo IGESPAR.

**População e aspectos económicos**

- Na fase de construção:
  - Recorrer sempre que possível à mão-de-obra local, favorecendo a colocação de desempregados residentes no concelho de Castelo Branco;
  - Adquirir produtos e serviços junto de empresas da fileira da construção sediadas em no concelho de Castelo Branco, no sentido fixar o valor acrescentado gerado pelo projecto no território em que se insere.
  - Os veículos afectos às obras deverão circular com os faróis ligados "em médios" durante o dia, de forma a se tornarem mais visíveis para os utentes das vias de comunicação;
  - Deverão ser criadas áreas de segurança com acessos interditos, principalmente na fase de abertura das fundações dos AG, das valas de cabos, escavações e na fase da montagem dos AG, com vista a reduzir o risco de acidente, pela aproximação de pessoas aos locais das obras;
  - Deverão ser avisadas as entidades responsáveis pela prevenção e combate a incêndios, nomeadamente, os corpos de bombeiros locais, os Serviços Municipais de Protecção Civil e as entidades do Ministério da Agricultura e Pescas competentes na matéria, particularmente a Autoridade Florestal Nacional;
  - Deverá ser colocada sinalética disciplinadora e condicionadora de comportamentos que suscitem um aumento do risco de incêndio, sobretudo, foguear ou deixar material inflamável ou potencialmente deflagrador de fogo, como embalagens de vidro ou metálicas reflectoras;
  - Deverão ser devidamente sinalizadas as estradas e caminhos a utilizar, evitando-se a circulação fora dessas áreas.
- Para a fase de exploração:
  - Recorrer sempre que possível à mão-de-obra ou a empresas locais, para efeito de manutenção do Parque Eólico.





## 7. CONCLUSÃO

Assim, considerando que:

1. A área em questão está, em parte, classificada como REN e apresenta susceptibilidade face às intervenções que o presente projecto envolve:
  - a. Acções de escavação, terraplanagens, implantação de posto de seccionamento e de estaleiros e construção de fundações;
  - b. Eventual produção de materiais sobranes/escombreciras;
  - c. Intrusão visual decorrente da implantação do PE.
2. Foram apresentados o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra, o Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes e o Plano de Recuperação Paisagística;
3. Foram propostas medidas de minimização de impactes, para a formulação do projecto de execução e fase de obra, que contribuirão para minimizar os principais impactes e assegurar a manutenção e equilíbrio das condições naturais da área, no âmbito da REN e não colocar em causa valores relevantes para a conservação;
4. Pelo exposto nos pontos anteriores e não indiciando situações de risco para pessoas ou bens, o presente projecto não é susceptível de afectar, significativamente, o equilíbrio ecológico da área em causa, embora introduza alterações permanentes (durante o tempo de vida útil) à paisagem;
5. Durante a Consulta Pública não foram recebidas quaisquer exposições escritas relacionadas com o projecto em avaliação.

O Parque Eólico ENERFER I deverá merecer parecer favorável condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

- i. Reconhecimento de interesse público, por deliberação da Assembleia Municipal de Castelo Branco;
- ii. Apresentação dos boletins de verificação do equipamento de medição do ruído utilizado e a identificação da entidade que procedeu ao estudo do ruído ambiental;
- iii. Preservação dos exemplares de sobreiro, existentes na área de estudo;
- iv. Salvaguarda da operacionalidade do posto de vigia "Oleas" (PV-39-05), localizado na área do projecto, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV);
- v. Resolução de eventuais interferências/perturbações do projecto na recepção radioelétrica em geral e, em particular, na capacidade de radiocomunicações da RNPV e na recepção de emissões de radiodifusão televisiva;
- vi. Cumprimento, no que ao projecto diz respeito, do disposto na legislação aplicável e em vigor, sobre a



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

utilização de terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios;

- vii. Cumprimento do disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), do concelho de Castelo Branco;
- viii. Execução das recomendações da Circular de Informação Aeronáutica n.º 10/03, de 6 de Maio, do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea;
- ix. Sendo um projecto em fase de estudo prévio, devem ser garantidos antes do início dos trabalhos de construção os seguintes elementos:
  - a. Solução final do parque com o mínimo de afectação das áreas de afloramentos rochosos;
  - b. Respeitar a servidão administrativa em redor do sinal do marco geodésico de Oleias, com o raio mínimo de 15m, devendo a extensão da zona de protecção ser determinada em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal e entre os diversos sinais, de acordo com o DL n.º 143/82, de 26 de Abril;
  - c. Projecto e construção de elementos de drenagem das águas pluviais, para plataformas definitivas, nomeadamente, valetas e passagens hidráulicas;
  - d. As medidas de minimização a implementar durante a fase de obra (sinalização, acompanhamento, valorização), deverão estar devidamente previstas no caderno de encargos.
- x. Interditar, quer durante a fase de construção quer de exploração, a circulação de veículos motorizados não afectos ao empreendimento na zona de implantação do mesmo, salvo em situações em que os proprietários dos terrenos necessitem do acesso aos mesmos e em situações de emergência, mediante a implementação de estruturas eficazes para este fim, cuja manutenção terá que ser assegurada pelo promotor até à altura de desactivação do projecto;
- xi. Não intervenção em áreas mais declivosas ( $\geq 17^\circ$ ), redução da área de intervenção ao estritamente necessário e controlo dos movimentos de terra e dos locais de circulação das máquinas;
- xii. Informar sobre a construção e instalação do parque eólico as entidades utilizadoras do espaço aéreo na zona envolvente do projecto;
- xiii. Informar da construção e instalação do projecto as entidades normalmente envolvidas na prevenção e combate a incêndios florestais, nomeadamente, os Serviços Municipais de Protecção Civil e a corporação de bombeiros do concelho abrangido, a Autoridade Florestal Nacional e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- xiv. Assegurar a regular manutenção, conservação e limpeza dos acessos ao parque eólico, de modo a garantir uma barreira à propagação de eventuais incêndios e a garantir o acesso e circulação a veículos





Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

de combate a incêndios florestais;

- xv. Acompanhamento da fase de obra por esta CCDR, devendo o proponente comunicar o início dos trabalhos;
- xvi. No geral, deverão ainda ser cumpridas todas as orientações e medidas propostas no estudo de incidências ambientais para o Parque Eólico;
- xvii. Implementação dos planos de monitorização propostos para ruído, quirópteros e avifauna.

Fase de Desactivação

Tendo em conta o horizonte de tempo de vida útil do parque eólico, de 25 anos, e a dificuldade de prever as condições ambientais locais e instrumentos de gestão territorial e legais, então em vigor, deve o promotor, no último ano de exploração do parque eólico, apresentar a solução futura de ocupação da área de implantação do parque eólico e projectos complementares.

Assim, no caso de reformulação ou alteração do parque eólico, sem prejuízo do quadro legal então em vigor, deve ser apresentado estudo das respectivas alterações, referindo, especificamente, as acções a ter lugar, impactes previsíveis e medidas de minimização, bem como o destino a dar a todos os elementos a retirar do local.

Se a alternativa passar pela desactivação, deve ser apresentado um plano de desactivação pormenorizado contemplando, nomeadamente:

- Solução final de requalificação da área de implantação do parque eólico e projectos complementares, a qual deve ser compatível com o direito de propriedade, os instrumentos de gestão territorial e com o quadro legal então em vigor;
- Acções de desmantelamento e obra a ter lugar;
- Destino a dar a todos os elementos retirados;
- Definição das soluções de acessos ou outros elementos a permanecer no terreno;
- Plano de recuperação final de todas as áreas afectadas.

De forma geral, todas as acções devem obedecer às directrizes e condições identificadas no momento da aprovação do parque eólico, sendo complementadas com o conhecimento e imperativos legais que forem aplicáveis no momento da sua elaboração.



Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

**Os Técnicos Superiores**

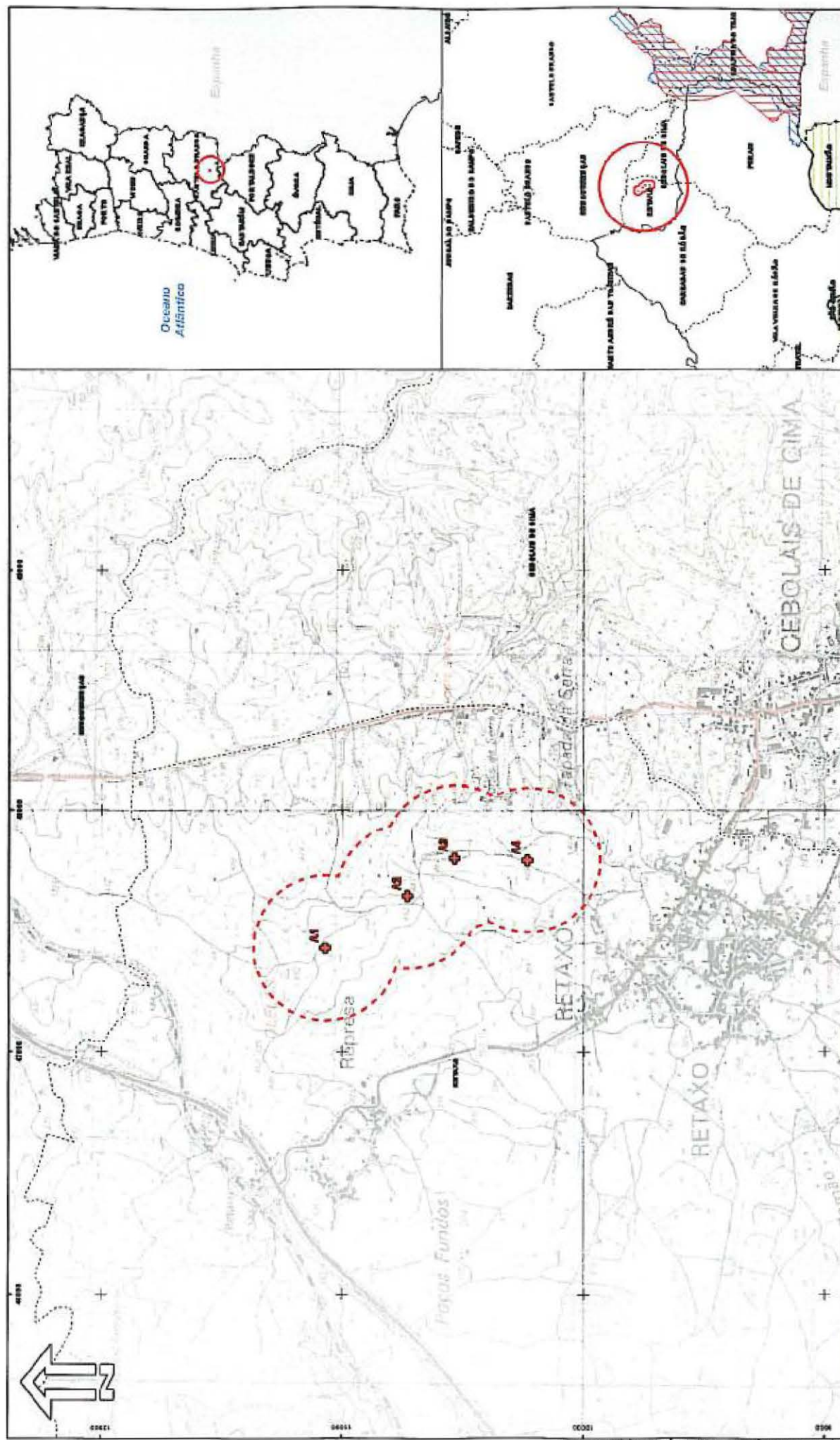
(Ivo Beirão)

(Jorge Pinto dos Reis)

**Em anexo:**

1. Planta de localização
2. Parecer interno da DSR de Castelo Branco
3. Anúncio da Consulta Pública
4. Pareceres externos recebidos





**ENERFER - Produção de Energia Solar e Edifica, Lda.**

**Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico ENERFER I**

Projeto:	Maria Ferreira
Desenho:	Georgina Soares
Verificação:	Maria Ferreira
Aprovação:	Paulo Beltrami

**Localização do projeto e enquadramento geográfico**

**3.1.1**

Escala:	1:15 000
Projeto:	1:250 000
Mapa:	1:500 000

- Limites administrativos**  
(Fonte: CADP 2009 d. - IGP, 2009)
- Fronteira Internacional
  - Linha de costa
  - Linha de Delimitação
  - Linha de Concórdia
  - Linha de Freguesia
- Área de estudo**  
(Fonte: Sítios de Importância Comunitária - ICN, 2009)
- Sítios de Importância Comunitária
  - Sítios de Importância Comunitária - ICN, 2009
  - Sítios de Importância Comunitária - ICN, 2009
  - Sítios de Importância Comunitária - ICN, 2009
  - Sítios de Importância Comunitária - ICN, 2009
- Zonas de Proteção Especial**  
(Fonte: Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009)
- Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009
  - Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009
  - Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009
  - Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009
  - Zonas de Proteção Especial - ICN, 2009
- Rede Nacional de Áreas Protegidas**  
(Fonte: Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009)
- Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009
  - Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009
  - Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009
  - Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009
  - Rede Nacional de Áreas Protegidas - ICN, 2009

Informação N.º: DSR\_CBRANCO 312/09

Para: Chefe de Divisão

C/C:

**Parecer**

Concordo com a presente Informação, a qual se submete à consideração superior.

Castelo Branco, 18 de Novembro de 2009

  
(Laia Rodrigues)

**Despacho**

N/Ref.º FER\_2009\_0005\_050219

**ASSUNTO/RESUMO:**

Estudo de Incidências Ambientais -Parque Eólico ENERFER  
Req: ENERFER - Produção de Energia Solar e Eólica, Lda  
CASTELO BRANCO / Castelo Branco



A JAA  
09.11.19  


Nota de Serviço

Para: Divisão de Avaliação Ambiental

N.º: DSR\_CBRANCO 387/09

De: Divisão Sub-Regional de Castelo Branco

ASSUNTO: Estudo de Incidências Ambientais - Parque Eólico ENERFER I

N/Ref.ª FER\_2009\_0005\_050219


- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> APROVAR/AUTORIZAR          | <input type="checkbox"/> SOLICITAR PAGAMENTO                    |
| <input type="checkbox"/> INFORMAR/DAR PARECER       | <input type="checkbox"/> FOI EFECTUADO PAGAMENTO                |
| <input type="checkbox"/> DAR SEGUIMENTO             | <input type="checkbox"/> JÁ FOI SOLICITADA INFORMAÇÃO AMBIENTAL |
| <input type="checkbox"/> PREPARAR RESPOSTA          | <input type="checkbox"/> SOLICITAR CONSULTA DIRECTA             |
| <input type="checkbox"/> ARQUIVAR                   | <input type="checkbox"/> VOLTAR COM PROCESSO                    |
| <input type="checkbox"/> ANOTAR                     | <input type="checkbox"/> ENVIAR PARECER A                       |
| <input type="checkbox"/> CONHECIMENTO               | <input type="checkbox"/> MUITO URGENTE                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> DEVIDOS EFEITOS | <input type="checkbox"/> URGENTE                                |
| <input type="checkbox"/> OUTRO                      |   |

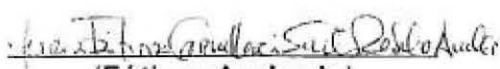
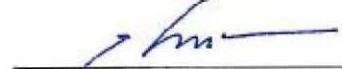
### Informação

Para os devidos efeitos junto se remete a informação nº DSR\_CBRANCO 312/09 de 18 de Novembro de 2009.

*Ao Engº Paulo dos Reis  
N/os devidos efeitos*

*Felice  
2009.11.20*

T.C.  
20/11/09  


A Técnica Superior  (Fátima Andrade)	O Chefe de Divisão  (Laia Rodrigues)
---	--

Castelo Branco, 18 de Novembro de 2009

Anexos: Inf. DSR\_CBRANCO 312/09 de 18 de Novembro

Presta-se a presente informação no seguimento do determinado na NS DAA 641/09 (0503262) de 11.11.2009.

Sobre o assunto cumpre-me informar o seguinte:

#### ENQUADRAMENTO:

O processo em apreciação refere-se ao Estudo de Incidências Ambientais (EIncA) do projecto de construção do Parque Eólico ENERFER, na serra da Oleosa na freguesia do Retaxo, no concelho de Castelo Branco.

O Parque Eólico é constituído por 4 aerogeradores sendo que a área em estudo abrange uma superfície com um raio de 300 m em torno dos aerogeradores.

#### ÁREAS CONDICIONADAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Município de Castelo Branco dispõe de PDM ratificado o qual foi publicado pela R.C.M. 66/94 (D.R. 185 de 94.08.11), com a alteração publicada (D.R. 35, I-B, 02.02.11) e a alteração introduzida pelo Regime Simplificado (D.R. 100, II-S, 03.04.30).

A carta da REN concelhia foi aprovada pela R.C.M. 105 (D.R.150, I-B de 02.07.97),

1. Segundo o PDM de Castelo Branco a área em estudo do Parque Eólico abrange "Espaços florestais ou silvo-pastoris", os quais de acordo com o Artº58 do Regulamento, são aqueles que apresentam maior aptidão para uma utilização mais intensiva e de melhor aproveitamento de produtos florestais e silvo-pastoris.
2. De acordo com a carta da REN a área em estudo é parcialmente abrangida por esta condicionante no sistema "Cabeceiras de linhas de água" a que corresponde no actual Regime Jurídico da REN a "Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos". Tal sobreposição ocorre apenas na área de implantação do aerogerador nº 1 e sua envolvente.
3. De acordo com a nova redacção do Art.º 52º do Regulamento do Plano Director Municipal, aprovada pela R.C.M. nº30-A/2002 de 11 de Fevereiro, que define os usos permitidos para o Espaço Rural, verifica-se que são admitidas edificações de reconhecido interesse público.  
Assim sendo, afigura-se-nos que a pretensão se mostra conforme com as disposições constantes do PDM tendo em conta por um lado a importância nacional da promoção da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis conferida pela Directiva nº 2001/77/CE e transposta para a legislação nacional, bem como a sua importância a nível municipal, devendo contudo tal instalação ser objecto de reconhecimento de interesse público por deliberação da Assembleia Municipal de Castelo Branco.
4. Relativamente à Reserva Agrícola Nacional (RAN), verifica-se não existir qualquer colisão na implantação dos quatro aerogeradores com aquela condicionante pese embora, a sul da área em estudo, ocorra uma pequena mancha RAN.



5. Verifica-se a existência do marco geodésico de Olelas nas proximidades do aerogerador nº 1, pelo que deverá ser ouvido o Instituto Geográfico Português.
6. O ElncA refere ainda que a área em estudo apresenta vestígios da presença de um incêndio recente, mas cujas marcas começam a ser extintas pelo crescimento de novas espécies vegetais, pelo que deverá também ser consultada a Autoridade Florestal Nacional sobre esta matéria.
7. Constata-se ainda que na área em estudo, a cerca de 150m do aerogerador nº 1, existe um complexo desportivo e de lazer que inclui campo de tiro restaurante, bar e piscina que segundo o Estudo refere, se encontra actualmente desactivado. No entanto não é feita qualquer abordagem no Estudo sobre possíveis impactes na eventualidade de aquela unidade voltar a ser activada.
8. Ocorre ainda na área em estudo, um pequeno conjunto de edificações que a nível da planta de ordenamento do PDM está cartografado com a trama de "espaço urbano – área urbana" e que é abrangido parcialmente a Sudeste da área de intervenção, sendo que no ElncA não é feita qualquer referência sobre ele.
9. Verifica-se ainda da leitura da planta de condicionantes do PDM que a área em estudo é atravessada por um feixe hertziano, constituindo-se assim uma servidão radioelétrica a essa passagem, sobre a qual o ElncA é completamente omissivo.

Estas são lacunas (pontos 7,8 e 9) que deverão ser supridas nesta fase do estudo devendo solicitar-se à requerente a explicitação de tais ocorrências e eventuais implicações da pretensão com as mesmas.

## CONCLUSÃO

Em face do exposto e concluindo afigura-se-nos o seguinte:

Tratando-se de uma intervenção parcialmente abrangida pela Reserva Ecológica Nacional (REN) a pretensão terá de ser enquadrada nas disposições do Artº20 do D.L. 166/2008 de 22 de Agosto, nomeadamente as contidas no nº 2 do citado artigo.

De acordo com o Anexo II do citado diploma a intervenção em causa vem identificada como *acção compatível com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN* nomeadamente na alínea f) (produção e distribuição de electricidade a partir de fontes de energia renováveis) do item II – INFRAESTRUTURAS, sujeita a Autorização por parte da CCDR-C.

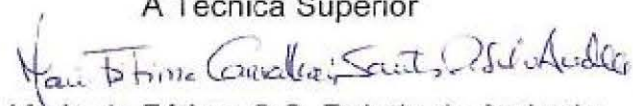
Porém, quanto aos aspectos relacionados com a compatibilidade com o Regime Jurídico da REN e caso a DIncA seja favorável ou condicionalmente favorável, determinará a dispensa de emissão de Autorização prevista na *subalínea iii) da alínea b) do nº3 do Artigo 20º do RJREN* conforme estipula o ponto 3 do Artº 8 do D.L. nº225/2007 de 31 de Maio.

Em termos de conformidade com o PDM de Castelo Branco, nada obstará à localização em causa desde que salvaguardados os pareceres favoráveis do Instituto Geográfico Português (IGP) e da Autcridade Florestal Nacional (AFN) e da Autoridade Nacional de Comunicações (ICP/ANACOM) a colher pela CCDRC conforme estipula o ponto 6 do Artº6 do D.L. 225/2007 de 31 de Maio, bem como o efectivo reconhecimento do interesse público da instalação em causa por parte da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Deverá no entanto, o EIncA ser completado quanto às ocorrências edificadas existentes na área em estudo e averiguar da existência de feixe herlziano, de acordo com o referido nos pontos 6, 7 e 8 da presente informação.

À Consideração Superior

A Técnica Superior



Maria de Fátima C.S. Rebelo de Andrade

Informação N.º: DSR\_CBRANCO 48/10

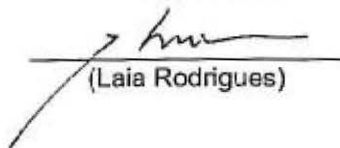
**Para:** Chefe de Divisão

**C/C:**

**Parecer**

Concordo com a presente Informação, a qual se submete à consideração superior.

Castelo Branco, 10 de Fevereiro de 2010

  
(Laia Rodrigues)

**Despacho**

N/Ref.ª FER\_2009\_0005\_050219

**ASSUNTO/RESUMO:**

Estudo de Incidências Ambientais - Parque Eólico ENERFER

Req: ENERFER - Produção de Energia Solar e Eólica, Lda

CASTELO BRANCO / Castelo Branco



A JAA

10.02.12

W

FER-2009-0005-050219

Nota de Serviço

Para: Divisão de Avaliação Ambiental

N.º: DSR\_CBRANCO 63/10

De: Divisão Sub-Regional de Castelo Branco

ASSUNTO: Estudo de Incidências Ambientais – Parque Eólico ENERFER I

N/Ref.ª FER\_2009\_0005\_050219



- ☐ APROVAR/AUTORIZAR
- ☐ INFORMAR/DAR PARECER
- ☐ DAR SEGUIMENTO
- ☐ PREPARAR RESPOSTA
- ☐ ARQUIVAR
- ☐ ANOTAR
- ☐ CONHECIMENTO
- ☒ DEVIDOS EFEITOS
- ☐ OUTRO

- ☐ SOLICITAR PAGAMENTO
- ☐ FOI EFECTUADO PAGAMENTO
- ☐ JÁ FOI SOLICITADA INFORMAÇÃO AMBIENTAL
- ☐ SOLICITAR CONSULTA DIRECTA
- ☐ VOLTAR COM PROCESSO
- ☐ ENVIAR PARECER A
- ☐ MUITO URGENTE
- ☐ URGENTE

### Informação

Para os devidos efeitos junto se remete a informação nº DSR\_CBRANCO 48/10 de 10 de Fevereiro, sobre o assunto referenciado em epígrafe.

*Ao Engº Paulo dos Reis e  
Engº João Almeida p/os devidos  
efeitos  
Helder  
2010-02-05*

O(A) Técnico(a)  (Fátima Andrade)	Enviado por  (Laia Rodrigues)
--	---

Castelo Branco, 10 de Fevereiro de 2010

Anexos: Inf. nº DSR\_CBRANCO 48/10 de 10 de Fevereiro.

10/02/15

Presta-se a presente informação na sequência do determinado na N.S. DAA 80/10 de 05.02.2010, no seguimento da apresentação do Aditamento ao Estudo de Incidências Ambientais do Parque Eólico "ENERFER I".

Sobre o assunto cumpre-me informar o seguinte:

Da análise do Aditamento apresentado constata-se que foram tidas em consideração as questões levantadas relativamente ao descritor Ordenamento do Território.

Com efeito, foram estudados os possíveis impactes na eventualidade da reactivação do complexo desportivo e de lazer (campo de tiro, restaurante, bar e piscina) tendo sido considerado o local como um receptor sensível, não inviabilizando a sua utilização enquanto espaço de lazer com ocupação humana.

Relativamente ao conjunto edificado que nível da Planta de Ordenamento vem cartografado como "espaço urbano", o Aditamento promove a caracterização desse pequeno conjunto de edificações referindo que, na realidade, se tratam apenas de apoios agrícolas, não habitados.

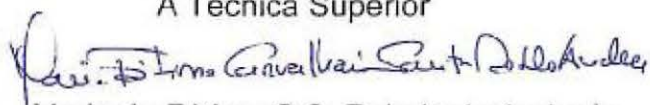
Tendo em conta a distância dessas edificações aos aerogeradores, cerca de 300m, o Estudo considera não haver qualquer incompatibilidade com um eventual e/ou possível futuro habitacional.

Apenas a questão do atravessamento da zona em estudo por um "feixe hertziano" que vem cartografado na Planta de Condicionantes do PDM de Castelo Branco, não se mostra suficientemente esclarecida pelo que se considera que deverá novamente ser auscultado o ICP/ ANACOM, por força da servidão radioelétrica a essa passagem.

Quanto aos restantes aspectos do Estudo mantém-se a caracterização anteriormente efectuada na informação nº DSR\_CBRANCO 312/09 de 18.11.2009.

À consideração Superior

A Técnica Superior

  
Maria de Fátima C.S. Rebelo de Andrade

## ANÚNCIO

### CONSULTA PÚBLICA

## AVALIAÇÃO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

**Projecto: Parque Eólico ENERFER I**

**Localização:** Freguesia de Retaxo, concelho de Castelo Branco, distrito de Castelo Branco

**Proponente:** ENERFER - Produção de Energia Solar e Eólica, Lda..

**Entidade Licenciadora:** Direcção-Geral de Energia e Geologia

**Enquadramento:** o projecto está sujeito a Avaliação de Incidências Ambientais, nos termos do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 5 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de Maio, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, enquanto Autoridade territorialmente competente, informa que o Estudo de Incidências Ambientais se encontra disponível para Consulta Pública, em suporte de papel, durante 20 dias úteis, de 08 de Fevereiro a 05 de Março de 2010, nos seguintes locais:

- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Direcção de Serviços de Ambiente** (Rua Cidade de Aeminlum 3000-429 Coimbra);
- **Divisão Sub-Regional de Castelo Branco** (Rua João de Deus, 27, 3.º Esq., 6000-276 Castelo Branco);
- **Câmara Municipal de Castelo Branco** (Praça do Município, 6000-458 Castelo Branco).

O Estudo de Incidências Ambientais encontra-se, também, disponível na Internet ([www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt)).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as exposições, apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projecto em avaliação. As exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 COIMBRA, até à data do termo da Consulta Pública. O licenciamento (ou a autorização) do projecto só poderá ser concedido após Decisão de Incidências Ambientais Favorável, ou Condicionalmente Favorável, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

A Decisão de Incidências Ambientais deverá ser emitida, pelo Secretário de Estado do Ambiente, até 09/04/2010.

Coimbra, 5 de Fevereiro de 2010







## FAX

DATA:  
(Date)

PARA: (To)	Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	Fax nº.  239 842169
DE: (From)	Autoridade Florestal Nacional Direcção de Unidade de Gestão Florestal	Fax nº. 21 312 49 91
Nº DE PÁGINAS: (Num of pages)	1+1	MENSAGEM Nº. (Message nº) 58
ASSUNTO: (Subject)	Procedimento AlncA - "Projecto Parque Eólico ENERFERT"	

Após análise do Relatório Final e Aditamento do Estudo de Incidências Ambientais relativo ao Projecto acima indicado, v/ref. DAA 363/10, de 05/02/10, informamos V. Exa. do seguinte:

1. O projecto refere-se à criação de um Parque Eólico, composto por 4 aerogeradores, localizado na freguesia de Retaxo, no concelho de Castelo Branco.
2. A ocupação vegetal da zona em estudo é caracterizada pela presença de eucaliptal, pinhal, bem como alguns exemplares de sobreiro.  
  
2.1 - No caso de vir a ser efectuado o corte prematuro de exemplares de pinheiro bravo em áreas superiores a 2 ha, ou de eucaliptos em áreas superiores a 1 ha, deverá ser cumprido o Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de Maio, e o Decreto-Lei n.º 174/88, de 17 de Maio, que estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores.  
  
2.2 - Os sobreiros são espécies protegidas, mesmo que em elementos isolados, nos termos do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, pelo que deverão ser preservados.
3. Uma vez que todo o território nacional foi considerado, pela Portaria n.º 553-B/2008 de 27 de Junho, afectado pelo nemátodo da madeira do pinheiro, o corte de resinosas encontra-se sujeito às restrições impostas para o controlo e erradicação dessa doença constante na Portaria 103/2006 de 6 de Fevereiro.
4. Como medida de recuperação paisagística e de mitigação dos impactos produzidos pela obra propõe-se a rearborização com espécies adequadas à região e à recuperação deste tipo de empreendimento, e no respeito do disposto no PROF Beira Interior Sul (D.R. n.º 10/2006 de 24 de Julho).
5. Na área prevista para o Parque está localizado um posto de vigia "Oleias" (PV-39-05) pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV). A operacionalidade desse PV deverá de ser salvaguardada, e, eventuais interferências na capacidade de radiocomunicações da RNPV deverão ser colmatadas por parte dos promotores do projecto.
6. A zona em estudo incide sobre uma área ardida em 2004. A utilização de terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento como urbanos, estão condicionados pelo prazo de 10 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto, Decreto-Lei n.º 34/99, de 5 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 55/2007 de 12 de Março.

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

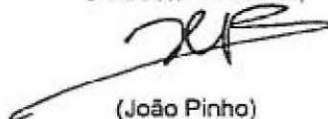
Av. João Crisóstomo, 28-28. 1069-040 LISBOA, Portugal  
☎ +351 21 312 4800 ☎ +351 21 312 4987  
info@afn.min-agricultura.pt | www.afn.min-agricultura.pt

7. Por último, realçamos a legislação relativa a medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, que o republica, para os aspectos relacionados com a protecção e segurança das pessoas e bens contra incêndios florestais, bem como o disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho de Castelo Branco.

Face ao exposto, o parecer da Autoridade Florestal Nacional relativamente ao projecto é favorável condicionado ao cumprimento do acima exposto.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Nacional,



(João Pinho)

MMC



AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

Av. João Crisóstomo, 26-28, 1069-040 LISBOA, Portugal  
☎ +351.21 312 4800 ☎ +351.21 312 4967  
info@afn.min-agricultura.pt | www.afn.min-agricultura.pt

A DAA

10.03.08

5005/10 2010-03-08  
DSA/IMAo Eng.º João Beirão e  
Eng.º Paulo dos Reis p/  
os devidos efeitosTels  
2010.03.09CCDRC – Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro  
MINIST. DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO  
TERRITÓRIO E DESENVOLV. REGIONAL  
R. Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 COIMBRAS/ referência  
DAA 364/10S/ comunicação  
05-02-2010N/ referência  
ANACOM-S11407/2010  
304030 - 651064Data  
03/03/2010Assunto: **PARQUE EÓLICO "ENERFER I"**

Em resposta à V/ carta acima referenciada, após análise da localização dos aerogeradores do Parque Eólico (PE) acima mencionado na perspectiva da identificação de condicionantes à sua instalação decorrentes da existência de servidões radioelétricas já constituídas ou em processo de constituição ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, informa-se que não foram identificadas quaisquer condicionantes dessa natureza, pelo que o ICP-ANACOM não coloca objecção à instalação dos aerogeradores nos locais indicados.

Deve, contudo, ser garantido que o PE não provocará interferências/perturbações na recepção radioelétrica em geral e, de modo particular, na recepção de emissões de radiodifusão televisiva.

No âmbito das suas competências, o ICP-ANACOM está disponível para colaborar na detecção e identificação de eventuais interferências/perturbações que venham a ocorrer em consequência da instalação do PE naquele local, salientando que a sua resolução e a assunção dos custos envolvidos serão da responsabilidade integral do seu proprietário.

Com os melhores cumprimentos

  
LUÍSA MENDES  
Diretora de Gestão  
do Espécio





MINISTÉRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
INTERNA



6104/10 2010-03-22  
DSA/IM

Ex<sup>ma</sup> Senhor  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro  
Dr. Alfredo Rodrigues Marques

Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 Coimbra

Vossa ref./Your ref.

DAA 378/10

Proc. FFR 2009 0005 050215

Assunto/Subject: Parecer sobre AlncA do Parque Eólico ENERFER I

Vossa data/Your date

2010-02-05

Nossa ref./Our ref.

OF/4301/NGOT/2010

Data/Date

*Senhor Presidente:*

Em resposta ao V. ofício mencionado em epígrafe, após análise da documentação disponibilizada, informamos que relativamente à área prevista para a implantação do Parque Eólico, não existem quaisquer condicionantes que ponham em risco a utilização das infra-estruturas da rede de comunicações e de socorro, nomeadamente de combate a incêndios florestais.

No entanto, tendo em conta que o layout do projecto corresponde a uma área do Plano Director Municipal de Castelo Branco caracterizada por cotas elevadas, numa linha de fuste, sugere-se que sejam escrupulosamente executadas as recomendações da CIA n.º10/03 de 6 de Maio da INAC – Limitações em Altura e Balizagem de Obstáculos Artificiais à Navegação Aérea.

Ainda, tendo em conta as características deste projecto e os principais riscos existentes no local, nomeadamente de cheia/inundação e contaminação hídrica e dos solos, deverá o presente estudo de incidências ambientais reforçar as medidas mitigadoras apresentadas no relatório, com o objectivo de assegurar a protecção de pessoas, bens e ambiente.



MINISTÉRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
INTERNA



0-1  
3

Neste sentido, podem ser consultadas as medidas do Manual de Avaliação de Impacte Ambiental na vertente de Protecção Civil, nos Capítulos III e IV, disponível gratuitamente em [www.prociv.pt](http://www.prociv.pt).

Adicionalmente, deve ser consultado o Serviço Municipal de Protecção Civil de Castelo Branco e o respectivo Gabinete Florestal, de modo a identificarem outros riscos ou condicionantes que sejam do conhecimento local.

Com os melhores cumprimentos, *de consideração elevada.*

O Presidente

Arnaldo Cruz

FJB/MA

iges  
par

INSTITUTO DE GESTÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
E ARQUEOLÓGICO

A DTA

10.03.12

MIC

Ministério da Cultura

FER-2009-0005-050219

5226/10 2010-03-10 X  
DSA/IM

Exma. Senhora  
Dra. Ana Maria Martins Sousa  
Directora de Serviços da  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Centro  
Rua Bernardino Ribeiro, 80

3000-069 COIMBRA

Do Engº Rui dos Reis  
e Engº Ivo Barão P/  
os senhores efeitos

2010-03-15

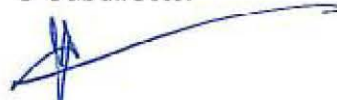
16.02.2012

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
DAA 376/09			
Proc:	2010-02-05	2009/1(220)	
FER_2009_0015_050219			
<b>Assunto: Estudo de Incidências Ambientais do projecto do Parque Eólico "ENERFER I".</b>			
Emissão de Parecer.			

Analizado o descritor da vertente património o *Estudo de Incidências Ambientais* em avaliação, no âmbito do procedimento indicado em epígrafe, este Instituto emite parecer favorável à aprovação do AlncA do projecto do *Parque Eólico ENERFER I*.

Com os melhores cumprimentos.

O Subdirector



(João Pedro Cunha Ribeiro)

CD-JM-FL-

10/03/12





FER-2009-0005-050219

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

02 MAR '10 1620

A DAA  
10.03.05  
*[Signature]*4789/10 2010-03-04 X  
DGA/IM*As Enge Porto dos Reis  
e Enge do Desap  
os dados feitos  
Feb 25  
2010-03-05*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do CentroRua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 CoimbraData: 2010.02.25 N. Ref. 044/DSGC/DGeod/2010 V. Ref. DAA 374/10 Proc: FER\_2009\_0005\_050219  
De 05.02.2010Assunto: Pedido de Parecer no Âmbito do Procedimento de AlncA do Projecto do Parque  
Eólico "ENERFER I".*[Signature]*

Informamos que todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) são da responsabilidade do Instituto Geográfico Português (IGP). A RGN constitui o referencial para os trabalhos de geo-referenciação que são realizados no território nacional e encontra-se protegida pelo Decreto-Lei n.º 143/82 de 26 de Abril. Segundo este Decreto, todas as infraestruturas a implantar terão de estar a mais de 15 metros dos vértices geodésicos e não poderão obstruir as visibilidades das direcções constantes das respectivas minutas de triangulação.

Da apreciação da informação constante nos dois CD-ROM enviados pela empresa proponente do projecto ("Relatório", "Anexo I – Desenhos" e "Ad. tamento\_109105v02.pdf"), verificou-se que não eram indicadas as coordenadas dos aerogeradores a instalar. Essa informação foi solicitada à empresa proponente do projecto, que a remeteu por e-mail no dia 23 de Fevereiro de 2010.

Após análise das coordenadas apresentadas para a localização dos aerogeradores, no sistema de referência UTM ED50, referentes ao Parque Eólico supra referido:

Aerogeradores	M (m)	P (m)
AG1	621 772	4 403 325
AG2	621 991	4 402 557
AG3	622 151	4 402 459
AG4	622 143	4 402 197

10/03/05

verifica-se que localização proposta para todas estas infra-estruturas não constitui impedimento para as actividades desenvolvidas pelo Instituto Geográfico Português.

Com os melhores cumprimentos,

O Director-Geral

Carlos Manuel Mourato Nunes, Tenente-General

12 ABR 2010

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO  
TEL. 272 330 330 FAX 272 330 324  
www.cm-castelobranco.pt e-mail - camara@cm-castelobranco.pt  
6000-458 CASTELO BRANCO

A 3/7/10

10-03-21

CMCB-ARB 0489 '10/03/23

À Eng<sup>o</sup> ~~Francisco~~ *Francisco* ~~Ribeiro~~ *Ribeiro*  
e Eng<sup>o</sup> ~~João~~ *João* ~~p/ parecer~~ *p/ parecer*  
à SEA y parecer

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro  
Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000 - 069 COIMBRA

2010-03-14  
15:40:02

Sua referência  
DAA 377/10

*Artes*  
2010-03-25

Sua comunicação de  
FER\_2009\_0005\_050219

Nossa referência  
Nº 10  
pe

Data  
2010-03-17

Assunto: "Procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) do  
Projecto do Parque Eólico "ENERFER I"  
- Consulta pública e emissão de parecer".

Em seguimento do determinado pelo meu despacho concordatório exarado em 16/03/2010, junto se transcreve, na parte que interessa, a informação que sobre o assunto foi prestada pelos serviços desta Autarquia:

"1)- O processo do Procedimento de AInCA, relativo ao projecto do Parque Eólico "ENERFER I", esteve disponível nesta Autarquia, durante o período de consulta pública, não tendo sido entregues nos nossos serviços quaisquer opiniões ou sugestões sobre o mesmo.

2)- O projecto em causa assume particular interesse na medida em que, como instrumento de concretização dos objectivos estratégicos nacionais de produção de electricidade, a partir de fontes de energia renovável, contribui para a redução de emissões de gases com efeito estufa.

3)- Devem ser asseguradas, junto das entidades competentes, as compatibilidades necessárias em matéria de ambiente e ordenamento do território, nomeadamente no que se refere à implantação do Aerogerador 1 em espaço afecto ao regime de Reserva Ecológica Nacional.

4)- Devem ser observados os cuidados necessários de forma a que a implementação do Parque Eólico não inviabilize a exploração do complexo turístico "Serra das Olelas" existente na área de estudo (composto por um restaurante, uma piscina e uma zona desportiva).

10/03/25

DPL/GR  
18-03-10





12 ABR 2010

Em face do exposto, e para efeitos dos nº.s 6,7 e 8 do artigo 6º do Decreto -Lei nº 225/2007, de 31 de Maio, somos de opinião em emitir parecer favorável ao Procedimento de AInCA, relativo ao projecto do Parque Eólico "ENERFER I", baseado em dois pressupostos fundamentais:

1- Que sejam observadas as anotações constantes dos pontos 3 e 4 da presente informação.

2- Que a as medidas e os programas de monitorização recomendados neste estudo de incidências ambientais sejam tomados em consideração na implementação do projecto em análise, com o objectivo do desempenho ambiental do projecto ser o mais favorável possível".

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

Joaquim Morão

EC/GR

DPT/GR  
18-03-10